

PROTOCOLO LUSO-BRASILEIRO DE CO-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA

O Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro foi assinado, em 03 de Fevereiro de 1981, com o propósito de promover e desenvolver a actividade cinematográfica entre os dois países.

Ao abrigo do mesmo Acordo, e correspondendo à vontade de concretizar as relações cinematográficas entre os dois países, a Secretaria para o Desenvolvimento do audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil e o Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual, designado abreviadamente por IPACA, estabeleceram um Protocolo, assinado em Gramado, em 12 de Agosto 1994.

Este Protocolo foi atualizado em seus termos, devido a necessidades de atualizações tecnológicas no âmbito da produção cinematográfica, em Lisboa, Portugal, a 24 de Abril de 1996, e depois em Buenos Aires, Argentina, a 17 de julho de 2007.

Considerando a necessidade de ajustes na execução do Protocolo assinado em Buenos Aires, as mesmas partes nele outorgantes decidem estabelecer um novo Protocolo.

Assim, entre

O INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, IP, neste acto representado pela sua Presidente do Conselho Diretivo, Filomena Serras Pereira,

E

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE, neste acto representada pelo seu Director Presidente, Manoel Rangel,

é celebrado o presente Protocolo que se rege nos termos e pelo seguinte clausulado:

I OBJECTO

São objecto do presente Protocolo os filmes de longa metragem de ficção, animação e documentários, cujo destino prioritário seja o mercado das salas de exibição cinematográfica, admitidos ao regime de co-produção previsto no Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Portuguesa e da República Federativa do Brasil, (denominado Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro) aprovado pelo Decreto n.º 48/81, de 21 de Abril, em Portugal e no Brasil pelo Decreto n.º 91.332/85, de 14 de Junho de 1985.

II APOIO FINANCEIRO

1. O apoio financeiro atribuído no âmbito do presente Protocolo reveste exclusivamente a modalidade de subsídio a fundo perdido.
2. As partes signatárias estabelecem conjuntamente os limites do apoio financeiro a atribuir em cada ano, nomeadamente o valor máximo a atribuir por projecto nas co-produções minoritárias.



III CO-FINANCIAMENTO

1. As partes signatárias comprometem-se a co-financiar os projectos aprovados ao abrigo do presente Protocolo.

2. Em desenvolvimento do determinado no número 1, estabelece-se o seguinte:

2.1. As partes signatárias comprometem-se a co-financiar, anualmente, quatro filmes, dos quais pelo menos dois são maioritariamente brasileiros e dois maioritariamente portugueses.

2.2. A realização ou direcção e a produção destes filmes devem ser asseguradas por realizadores ou directores e produtores portugueses e brasileiros, do seguinte modo:

- a) Dois filmes cujo realizador seja português, de iniciativa e responsabilidade de produtor português, detentor da participação financeira maioritária;
- b) Dois filmes cujo director seja brasileiro, de iniciativa e responsabilidade de produtor brasileiro detentor da participação financeira maioritária;

2.3. Por filme, entende-se longas-metragens de ficção, animação e documentários cinematográficos.

2.4 Os recursos financeiros do co-financiamento serão atribuídos por cada País aos co-produtores minoritários de cada projecto ou seja, para os filmes de realizadores portugueses a Agência Nacional do Cinema – ANCINE atribuirá o financiamento estabelecido ao abrigo do presente Protocolo ao co-produtor minoritário brasileiro; e, para os filmes de realizadores brasileiros, o Instituto do Cinema e do Audiovisual – ICA atribuirá o financiamento estabelecido ao abrigo do presente Protocolo ao co-produtor minoritário português.

2.5 Unicamente são admitidos aos benefícios do presente Protocolo os produtores portugueses que se encontrem devidamente inscritos no Registo de Empresas Cinematográficas e Audiovisuais mantido pelo ICA.

3. Nos termos e para os efeitos do Art. V do Acordo de Co-produção Cinematográfica Luso-Brasileiro, referido na Cláusula I do presente Protocolo, fica estabelecido que a participação do co-produtor minoritário será, no mínimo, de 20%.

IV COMISSÃO ESPECIALIZADA

1. A selecção definitiva dos projectos a co-financiar em cada ano compete a uma Comissão Especializada formada por dois representantes de cada país que reúne, alternadamente, em cada um dos países.

2. Cada uma das partes signatárias propõe a homologação da designação dos respectivos representantes na Comissão Especializada ao Membro do Governo competente.



3. O mandato dos membros que compõem a Comissão Especializada tem a duração de um ano renovável, tácita e sucessivamente, por igual período de tempo, se nenhuma das partes o denunciar.

4. A Presidência da Comissão Especializada é exercida, alternadamente, e pelo período de um ano por um dos países, escolhida de entre um dos representantes da Comissão Especializada.

V SELECÇÃO DOS PROJECTOS

1. A selecção de projectos mencionada no número 1 da Cláusula IV obedece ao seguintes critérios:

a) Relevância do projecto do ponto de vista das relações culturais entre os países envolvidos;

b) Qualidade técnica e artística do projecto;

c) Relevância da participação técnica e artística nacional do País minoritário na co-produção.

VI FORMALIDADES DA DELIBERAÇÃO DE SELECÇÃO DE PROJECTOS

A eficácia da deliberação da Comissão Especializada relativa à selecção dos projectos escolhidos no âmbito e para o efeito do presente Protocolo fica sujeita à homologação das respectivas entidades de tutela das partes signatárias e às demais formalidades legais vigentes em cada um dos Países.

VII ACORDO DE APOIO FINANCEIRO

1. Cumpridas as formalidades referidas na cláusula anterior, as partes signatárias celebram com os produtores brasileiros ou portugueses dos projectos seleccionados um acordo de apoio financeiro.

2- O acordo de apoio financeiro referido no número anterior respeita as condições de pagamento estabelecidas na regulamentação aprovada por cada uma das partes signatárias, nos termos previstos na cláusula X do presente Protocolo.

3. Os produtores beneficiários do apoio financeiro deverão prever a execução de 03 (três) cópias síncronas do filme apoiado, destinadas à exibição deste no País do produtor minoritário.

VIII SANÇÕES

1. As partes signatárias comprometem-se a impor sanções às produtoras que não cumprirem com o acordo de apoio financeiro firmado.

2. As sanções serão as previstas pelas entidades signatárias nos respectivos textos regulamentares e legislação vigente.

IX ARBITRAGEM

1. As partes signatárias comprometem-se a aceitar a utilização de Câmaras de Arbitragem na resolução de litígios decorrentes de contratos de co-produção firmados pelas produtoras brasileiras e portuguesas.

2. Os contratos de co-produção firmados pelas produtoras poderão conter cláusulas compromissórias que submetam a solução do litígio às Câmaras de Arbitragem.

X REGULAMENTAÇÃO

As normas constantes do presente Protocolo serão regulamentadas pelas partes signatárias em instrumentos próprios, consoante a legislação vigente em cada país.

XI ENTRADA EM VIGOR

1. O presente Protocolo passará a vigorar a partir da data de sua assinatura.

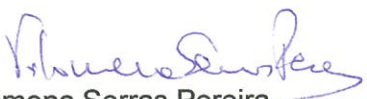
2. O presente Protocolo poderá, se as partes signatárias assim acordarem, ser revisto no prazo de um ano a contar da sua entrada em vigor.

XII REVOGAÇÃO

É revogado o Protocolo assinado pelas partes signatárias em Buenos Aires, Argentina, a 17 de Julho de 2007.

Feito em dois originais.

Assinado em Berlim, em 11 de fevereiro de 2014.


Filomena Serras Pereira
Presidente do Conselho Diretivo
Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP


Manoel Rangel
Director Presidente
Agência Nacional do Cinema - ANCINE